

— O Tratado de Não Proliferação e a conferência de revisão Luís Silva, IEE1

A Conferência para a Revisão do Tratado de Não Proliferação (TNPI de 2005 reuniu-se em Nova Iorque entre 2 e 27 de Maio. Ratificado em 1970, o TNP pretendeu promover como norma internacional a não proliferação nuclear. Desde então, de cinco em cinco anos, uma conferência para avaliação da operacionalidade do Tratado tem sido realizada. O objectivo é que em cada uma se procure chegar a acordo sobre uma declaração final que faça não só um balanço da implementação das provisões consagradas no Tratado, mas também que recomende novas medidas para o reforçar.

Os cinco Estados nucleares e o objectivo do desarmamento. O desarmamento, previsto no artigo VI do TNP, constitui um dos aspectos mais sensíveis no debate sobre proliferação nuclear. Na revisão do TNP em 2000, os cinco Estados membros que possuem armas nucleares – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia – com prometeram-se na eliminação total dos seus arsenais. Mas uma análise dos esforços feitos neste sentido tem demonstrado uma prática contrária à intenção manifestada em 2000.

A China não adaptou qualquer iniciativa para implementar o Documento Final aprovado na conferência para a revisão do TNP em 2000 e refugia-se na sua política do *no first use* para defender o seu empenho no objectivo final do desarmamento. Em França, a dissuasão nuclear continua a ser considerada como um dos pilares da política de defesa. O alegado desarmamento tem sido efectuado através da remoção de armas antiquadas, compensado, contudo, com um programa de desenvolvi-

mento que irá reforçar o poder nuclear francês ao nível marítimo e aéreo. Atitude semelhante tem sido adoptada pelo Reino Unido, que embora pareça não conferir uma

importância tão elevada à sua política nuclear, tem seguido a mesma estratégia de realçar a desintegração de armamento velho não reconhecendo, por exemplo, que

o actual míssil Trident representa uma grande inovação na sua capacidade nuclear. Declarações de membros do governo russo em 2004, entre os quais o Presidente Vladimir Putin e o ministro da Defesa Sergey Ivanov, vieram exprimir a convicção russa de que a dissuasão nuclear permanece um factor chave para estabilidade mundial e que, neste sentido, a Rússia tudo deve fazer para manter a sua capacidade estratégica nuclear. Finalmente, os EUA têm sido o país que mais diverge

das orientações traçadas em 2000. Alegando o carácter vago do artigo VI, a administração norte-americana sublinha que tem cumprido a sua parte nesta matéria, realçando sobretudo os seus esforços no sentido de preencher os objectivos traçados bilateralmente com a Rússia pelo Tratado de Moscovo, de Maio de 2002, que prevê a redução das ogivas nucleares de ambos os países para um número compreendido entre 1700 e 2200, até 31 de Dezembro de 2012. No entanto, a administração Bush tem sido alvo de duras críticas pela elevada quantia consagrada em 2005 à pesquisa e desenvolvimento de armas nucleares, cerca de 6 mil milhões de dólares, um valor semelhante ao que foi gasto durante a Guerra Fria.

O desenvolvimento de tecnologia nuclear e a ténue fronteira entre o uso civil e militar. O problema das limitações na capacidade de monitorização. O TNP permite o enriquecimento de urânio ou processamento de plutónio como parte da componente de desenvolvimento de capacidade nuclear para fins civis. O problema é que a margem que separa a utilização civil da militar é mínima. Face às actuais limitações para a realização de inspecções nada garante qual poderá ser a real intenção, por exemplo, de um Estado como o Irão. Precisamente, outro dos pontos realçados por vários especialistas nestes temas, é o facto da Agência Internacional da Energia Atómica (IAEIA), principal organismo de inspecção mundial sobre a não proliferação de armas nucleares, possuir capacidade limitada para exercer as suas funções.

O artigo X. A cláusula do TNP que permite o abandono do tratado apenas com a exigência de um pré-aviso de três meses também tem sido alvo de intensa discussão. Este mecanismo contém um aspecto pernicioso que é o de não conceder à regra da não proliferação um carácter verdadeiramente universal. Este é um problema que tem causado embaraços à comunidade internacional, como aliás se comprova hoje com a Coreia do Norte – que se retirou do TNP em 2003.

Terrorismo. Na primeira conferência de revisão após os acontecimentos em Setembro de 2001, o tópico terrorismo e a sua ligação ao nuclear é hoje uma das mais salientes preocupações da comunidade internacional. A capacidade real de um grupo como a al-Qaida vir a transformar-se num actor nuclear não estatal é muitas vezes exagerada. Os processos de fabricação de um engenho nuclear mencionados anteriormente – produção de urânio ou processamento de plutónio – são tecnicamente complicados, mesmo para uma rede operacional terrorista da envergadura da al-Qaida. Verdadeiramente alarmante é a facilidade que aquelas redes possuem em adquirir material radioactivo para a elaboração das denominadas «bombas sujas», proveniente de locais pouco protegidos – a Rússia dispõe de um vasto arsenal de urânio e plutónio cujo controlo tem suscitado sérias preocupações – e de um mercado negro de venda de material e equipamento nuclear que tem prosperado



Os cinco Estados membros que possuem armas nucleares – China, EUA, França, Reino Unido e Rússia – comprometeram-se na eliminação total dos seus arsenais na revisão do TNP, em 2000. Mas os esforços realizados têm sido manifestamente contrários às intenções então declaradas.

